

**(GEO)POLÍTICA DO VOTO: UM PRELÚDIO ANALÍTICO DOS PROJETOS POLÍTICOS
NA CIDADE DE GUARAÍTA-GO**

**(GEO)POLITICS OF VOTING: AN ANALYTICAL PRELUDE TO POLITICAL PROJECTS
IN THE CITY OF GUARAÍTA-GO**

**(GEO)POLÍTICA DEL VOTO: UN PRELUDIO ANALÍTICO A LOS PROYECTOS
POLÍTICOS EN LA CIUDAD DE GUARAÍTA-GO**



10.56238/revgeov16n4-049

Marco Túlio Martins

Doutor em Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: marco.martins@ueg.br

Grazielle dos Santos Sousa

Graduanda em Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: grazyelle458@gmail.com

Jabez Correa Gomes Silva

Graduando em Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: jabezgomes13@gmail.com

Lais Naiara Gonçalves dos Reis

Doutora em Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: laisngr@ueg.br

Isabela Vieira Santos

Graduada em Geografia

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: isageophd@gmail.com

Lais Moraes de Oliveira Porfírio

Doutora em Ciências Biológicas

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: lais.oliveira@ueg.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a cidade de Guaraíta com o foco na Geopolítica do voto, compreendendo como a espacialidade material da cidade se projetou através de políticas públicas realizadas ao longo das 9 eleições realizadas na cidade, no período de 1992 a 2024. A metodologia por



se tratar de uma revisão bibliográfica se propõe compreender o voto como expressão territorial dada por meio das políticas implementadas e como analisar essa expressão por meio da geopolítica do voto. Referenciando os estudos já desenvolvidos sobre para uma melhor palpabilidade de como discorrer sobre o tema, bem como fazer alusão histórica a construção do voto e a relação entre a sociedade e votação. Criando uma estrutura sólida as análises da cidade de Guaraíta, contemplando sua história legislativa de formação território dando prosseguimento para a análise das políticas públicas implementadas nos 32 anos de Guaraíta como município. De modo geral, a cidade de Guaraíta tem fortes vínculos com uma política atrelada a continuidade familiar e que as políticas públicas implementadas refletiram primeiramente a estruturação da cidade e posteriormente se vinculou fortemente a melhora da área rural e criação de um novo cartão postal da cidade, no que diz respeito a políticas públicas que modelam o espaço da cidade de Guaraíta de forma imediata quando executado.

Palavras-chave: Geopolítica. Voto. Guaraíta-GO.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the city of Guaraíta with a focus on the geopolitics of voting, understanding how the material spatiality of the city has been shaped through public policies implemented over the course of the nine elections held in the municipality between 1992 and 2024. The methodology, based on a bibliographic review, seeks to understand voting as a territorial expression shaped by implemented policies, as well as how to analyze this expression through the lens of the geopolitics of voting. The study references existing research to provide a clearer foundation for discussing the topic and includes a historical overview of the construction of voting and the relationship between society and electoral participation. This approach builds a solid framework for analyzing the city of Guaraíta, considering its legislative history and territorial formation, and proceeds to examine the public policies implemented during the 32 years of Guaraíta as an official municipality. In general, the city of Guaraíta demonstrates strong ties to a political structure rooted in family continuity, where public policies initially focused on structuring the urban space and later became strongly linked to improving rural areas and developing a new landmark for the city. These public policies have had an immediate impact on shaping the physical space of Guaraíta whenever implemented.

Keywords: Geopolitics. Vote. Guaraíta-GO.

RESUMEN

Este trabajo busca analizar la ciudad de Guaraíta, centrándose en la geopolítica del voto, y comprender cómo la espacialidad material de la ciudad fue moldeada por las políticas públicas implementadas durante las nueve elecciones celebradas en la ciudad, entre 1992 y 2024. La metodología, basada en una revisión bibliográfica, busca comprender el voto como una expresión territorial expresada a través de políticas implementadas y cómo analizar esta expresión a través de la geopolítica del voto. Se hace referencia a estudios previos para comprender mejor cómo abordar el tema, así como a la construcción histórica del voto y la relación entre la sociedad y el voto. Esto crea un marco sólido para el análisis de la ciudad de Guaraíta, considerando su historia legislativa de formación territorial, y continúa con el análisis de las políticas públicas implementadas durante sus 32 años como municipio. En general, la ciudad de Guaraíta tiene fuertes vínculos con una política centrada en la continuidad familiar. Las políticas públicas implementadas reflejaron inicialmente la estructuración de la ciudad y posteriormente se vincularon fuertemente con la mejora de las zonas rurales y la creación de un nuevo hito para la ciudad. Estas políticas, a su vez, configuran inmediatamente el panorama de la ciudad una vez implementadas.

Palabras clave: Geopolítica. Votación. Guaraíta-GO.



1 INTRODUÇÃO

O voto, enquanto instrumento de participação política, configura-se como uma das principais expressões da soberania popular e da cidadania no regime democrático. Contudo, para além de um ato individual, o voto expressa dinâmicas territoriais, relações de poder e estratégias políticas que se materializam no espaço, moldando tanto a organização social quanto a configuração física dos territórios. É nesse contexto que a Geopolítica do Voto surge como um campo analítico capaz de compreender como as práticas eleitorais se relacionam com a produção do espaço e com os projetos de poder em escalas locais, regionais e nacionais.

Este trabalho tem como objetivo central analisar a cidade de Guaraíta, no estado de Goiás, sob a ótica da Geopolítica do Voto, compreendendo como as escolhas eleitorais, ao longo das nove eleições municipais realizadas entre 1992 e 2024, refletiram diretamente na formulação e implementação de políticas públicas que, por sua vez, moldaram o território local. Busca-se, assim, entender como a espacialidade material de Guaraíta foi sendo construída a partir dos arranjos políticos, das relações de poder e da dinâmica eleitoral presentes em sua história recente.

A pesquisa se ancora em revisão bibliográfica e na análise de dados eleitorais e históricos, utilizando a Geografia Política como lente teórico-metodológica para investigar como a territorialização do poder político impacta diretamente na organização social, econômica e espacial da cidade. A partir disso, torna-se possível identificar como práticas políticas vinculadas à lógica de continuidade familiar, clientelismo e controle territorial influenciaram tanto a ocupação do espaço urbano quanto a dinâmica do espaço rural, bem como a distribuição dos investimentos públicos.

Além de discutir os conceitos fundamentais da Geopolítica do Voto e sua aplicação no contexto brasileiro, o presente trabalho também promove uma análise histórica sobre a formação do município de Guaraíta, abordando as origens do processo eleitoral na cidade, seus desdobramentos no território e as transformações políticas e espaciais que ocorreram ao longo de suas três décadas como município autônomo.

Portanto, compreender a relação entre território, poder e voto na escala local de Guaraíta não apenas contribui para ampliar os estudos no campo da Geografia Eleitoral, mas também permite refletir sobre os desafios e as contradições da democracia representativa em pequenos municípios brasileiros, onde as práticas políticas, muitas vezes, reproduzem estruturas históricas de poder baseadas na personalização, na dependência e na centralização dos recursos públicos.

2 A GEOPOLÍTICA DO VOTO E SUA EXPRESSÃO NO TERRITÓRIO

O voto, enquanto instrumento de participação política, representa uma das expressões mais simbólicas da soberania popular nos regimes democráticos. No Brasil, ele constitui o principal mecanismo de escolha dos rumos políticos do país, sendo exercido a cada quatro anos para definir



representantes nos poderes Executivo e Legislativo: presidente, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores. Esse direito, também compreendido como dever cívico, está garantido no artigo 14, Capítulo IV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei [...]”.(Brasil, 1988)

Contudo, o voto não é apenas um ato burocrático ou legal; trata-se de uma prática territorialmente enraizada e profundamente simbólica. Ele carrega a expectativa de que os eleitos implementem políticas públicas voltadas à justiça social, educação, saúde e infraestrutura urbana. A confiança depositada nas urnas se traduz, portanto, em impactos reais sobre a configuração do território, tanto urbano quanto rural. Como destaca Junior (2007), “o estudo da diferenciação geográfica dos votos é um importante elemento não somente para se conhecer as diferenciações socioespaciais, mas também para o entendimento das diferentes correlações de poder nas diversas partes do país”.

O voto deve ser compreendido também em sua dimensão conceitual, como manifestação coletiva da vontade política. Ele representa o principal elo entre o povo e o Estado democrático de direito, simbolizando a delegação de poder com a expectativa de que os interesses sociais sejam considerados nas esferas decisórias. Mais do que uma obrigação legal, é um gesto de cidadania que expressa valores, pertencimentos e posicionamentos sociais — um mecanismo capaz de manter, resistir ou transformar estruturas de poder.

Historicamente, a prática do voto antecede a formação do Estado brasileiro. Ainda durante o processo de colonização portuguesa, havia mecanismos de eleição para a organização administrativa de vilas e cidades. Um dos primeiros registros remonta a 1532, com a criação do Conselho Municipal da Vila de São Vicente. (TER-RN, 2009). Apesar dessa longa história, o voto universal e democrático é uma conquista recente. Durante os períodos colonial e imperial, o voto era censitário e restrito às elites. A Constituição de 1988 representou um marco na ampliação dos direitos eleitorais, embora persistam desigualdades estruturais que limitam o pleno exercício da cidadania.

Diversos grupos historicamente marginalizados enfrentaram barreiras ao direito ao voto. A abolição da escravidão não significou automaticamente a inclusão dos negros na cidadania política. Para Weber (2002), a liberdade não é apenas aprendida, mas vivida e exercida — o que inclui a luta contra formas de exclusão e opressão. No mesmo sentido, mulheres foram por muito tempo alijadas do processo eleitoral. O modelo do “voto familiar”, que vigorou até o início do século XX, atribuía ao chefe da família (geralmente homem) o poder de votar por todos os membros, reforçando a lógica patriarcal e silenciando as demandas femininas. Como observam Bolwerk, Moura e Lima (2022), essa exclusão contribuiu para a perpetuação das desigualdades políticas e sociais.

Em escala local, a relação entre voto e território torna-se ainda mais evidente. No âmbito



municipal, cada voto possui peso significativo, refletindo diretamente nas decisões sobre a vida cotidiana. Masullo e Junior (2024), dialogando com Schumpeter (1961), apontam que o voto municipal configura uma verdadeira disputa territorial, na qual diferentes grupos sociais competem pela destinação de recursos e pela conformação espacial do poder: “Esse processo se materializa na disputa por porções do espaço que são influenciadas pela organização dos diferentes territórios, mas também, influenciam a delimitação de múltiplos arranjos locais” (Masullo; Junior, 2024).

Essa dinâmica torna-se ainda mais complexa quando analisada sob o prisma do coronelismo. Segundo Jaeger (2004), o voto foi historicamente um instrumento de exclusão, especialmente nas mãos das elites agrárias. Leal (2012) demonstra como, no interior do Brasil, o poder local foi apropriado por grandes proprietários de terra, que agiam como “coronéis”, comandando clientelisticamente os votos de comunidades inteiras. Essa forma de dominação, baseada em trocas pessoais e dependência econômica, consolidou estruturas de poder privatizadas dentro do aparato estatal — realidade ainda perceptível em diversas regiões do país, inclusive no Cerrado goiano.

No campo da Geografia, o voto constitui objeto de análise privilegiado para compreender as dinâmicas espaciais do poder. Santos (2015) propõe que o território seja considerado como unidade analítica, articulando padrões eleitorais às condições socioespaciais das regiões. Pesquisas como as de Ebeid e Rodden (2006), Zolnerkevic (2013), Charney e Malkinson (2015), Borges (2016) e Almeida (2021) aprofundam essa abordagem, estudando perfis eleitorais, concentração de votos e as relações com bases políticas locais.

Junior (2007) reforça que a análise geográfica do voto permite identificar a permanência ou alternância das elites políticas e entender como dinâmicas locais se projetam em escalas mais amplas. Para o autor:

Através do estudo geográfico das diferenças socioespaciais dos votos, é possível a compreensão do papel do lugar na formação de valores e conhecimentos na formação da preferência eleitoral, sua relação com a territorialidade dos candidatos a cargos do(s) [sic] poderes Legislativo e Executivo, bem como das distorções desse processo provocadas pela transferência geográfica de valor do voto.” (Junior, 2007).

A geografia eleitoral, embora recente no Brasil, tem raízes nos estudos pioneiros de André Siegfried (1913) na França, que analisava como aspectos físicos e regionais moldavam padrões de votação. Essa linha teórica considera a organização espacial das eleições, a distribuição dos votos, os fatores regionais, a representação política e a formulação de políticas públicas. (Zolnerkevic; Raffo, 2013).

Zolnerkevic e Raffo (2013) sublinham a importância do “lugar” na formação das atitudes políticas, defendendo uma análise em múltiplas escalas — de bairros a municípios — que leve em conta a complexa relação entre eleitor, partido e candidato. Agnew (1987), citado pelos autores, afirma



que o comportamento eleitoral está profundamente relacionado ao ambiente social local.

Outro fator relevante é a influência das condições socioeconômicas, como escolaridade e renda, no comportamento eleitoral. Embora essas condições possam limitar o acesso à informação, não impedem necessariamente a formulação de posicionamentos políticos conscientes. A alienação eleitoral, contudo, tem se intensificado, seja por desilusão com as instituições, seja pela desinformação propagada pelas redes sociais, afetando a efetividade do voto como instrumento de transformação social.

Nesse cenário, Augusto e Sene (2013) destacam dois grandes eixos que orientam a decisão do voto: a identificação pessoal com o candidato e a identificação com o partido político. O primeiro se refere a atributos individuais — como imagem pública, discurso e carisma —, enquanto o segundo diz respeito à afinidade ideológica e histórica com partidos. Ambas as formas de identificação são moldadas por fatores culturais, sociais e espaciais.

Portanto, estudar a geopolítica do voto é fundamental para compreender não apenas os resultados eleitorais, mas também os sentidos políticos e territoriais que estruturam o Brasil. Através do voto, revelam-se lógicas de pertencimento, resistência, controle e disputa, que conformam a espacialidade do poder em diferentes escalas do território nacional.

3 A GEOPOLÍTICA DO VOTO: CONCEITOS E PROPOSIÇÕES

A contribuição de Rubens de Toledo Junior (2007) é fundamental para o entendimento da geopolítica do voto, ao destacar a importância do lugar como elemento estruturante das escolhas eleitorais. O autor observa que as diferenças socioespaciais não apenas refletem desigualdades regionais, mas também ajudam a moldar preferências políticas. Segundo ele, “o estudo geográfico das diferenças socioespaciais dos votos permitiu a compreensão do papel do lugar na formação de valores e conhecimentos na formação da preferência eleitoral” (Toledo Junior, 2007).

Toledo Junior retoma os estudos clássicos da geografia eleitoral francesa, especialmente a obra de André Siegfried, reconhecendo sua relevância metodológica, apesar das críticas deterministas que sofreu. A análise do autor reforça que a territorialidade dos candidatos e a dinâmica eleitoral não podem ser compreendidas fora de seu contexto geográfico. Assim, o espaço não é neutro: ele é agente nas relações de poder e na estruturação dos votos (Toledo Junior, 2007).

Além disso, o autor chama atenção para a incipiência dos estudos geográficos eleitorais no Brasil, notando que a maior parte das análises eleitorais no país tem sido realizada por cientistas políticos. Essa lacuna revela a necessidade de que os geógrafos assumam papel mais ativo na investigação da espacialização do voto. Para Toledo Junior (2007), a geopolítica do voto é uma via promissora para compreender como as elites locais mantêm sua influência e de que maneira o espaço é instrumentalizado na manutenção de estruturas de poder.



Na dissertação de Renato Morgado Soares (2019), a geopolítica do voto é analisada a partir da observação empírica das eleições presidenciais de 1998 e 2002, ressaltando o papel da distribuição espacial do voto como expressão de forças políticas e socioeconômicas. O autor argumenta que “foi revelada a importância do território para a preferência de eleitores”, indicando que a compreensão das votações depende da leitura do espaço político brasileiro (Soares, 2019).

Soares propõe que a análise geoespacial das eleições permite identificar padrões de concentração e dispersão dos votos, relacionados a variáveis como urbanização, renda e densidade populacional. Utilizando-se de métodos estatísticos e cartográficos, o autor identifica transformações significativas no “heartland” eleitoral do país, revelando uma geopolítica do voto que se altera conforme conjunturas políticas, econômicas e sociais (Soares, 2019).

Além disso, a dissertação sustenta que a distribuição dos votos não é aleatória, mas está intimamente relacionada a estratégias partidárias e históricas. O autor observa que “a geografia eleitoral brasileira é moldada por heranças de centralismo autoritário e dinâmicas federativas descentralizadas”, o que gera tensões entre partidos, candidatos e territórios (Soares, 2019). Assim, a geopolítica do voto é um campo de disputa pelo território eleitoral e pela hegemonia política.

Diego Santos (2015) oferece uma contribuição teórica importante ao discutir o conceito de geografia do voto dentro da Ciência Política, explorando a interface com a Geografia. O autor afirma que a geografia do voto pode ser entendida como uma abordagem metodológica que busca “verificar padrões na distribuição dos votos em uma eleição, de modo a descobrir se existe alguma associação entre a votação [...] e certos atributos territoriais” (Santos, 2015).

O artigo também destaca o potencial explicativo do território como unidade de análise nas ciências eleitorais. Para Santos, o voto geográfico não se limita à descrição da distribuição espacial dos votos, mas oferece uma chave de leitura sobre as bases sociais da política. Ele afirma que, “ao tomar o território como categoria, estabelece-se a conexão entre distintos padrões espaciais e distintos arranjos e apoios políticos” (Santos, 2015).

Outro ponto importante desenvolvido por Santos é o papel das redes de interação social e da composição territorial no comportamento eleitoral. Retomando Bertha Becker (2010), ele define o território como espaço da prática, “implicando a noção de limite e manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço” (apud Santos, 2015). A geopolítica do voto, nesse contexto, articula práticas sociais, estratégias eleitorais e espacialidades específicas.

Azevedo (2023) chama atenção para o crescimento do interesse pela geopolítica do voto a partir da difusão de tecnologias geoespaciais, que abriram novas possibilidades para a análise eleitoral. No entanto, o autor denuncia a fragilidade da produção nacional nesse campo: apenas 4% dos trabalhos são realizados por geógrafos, e apenas 14% são publicados em revistas da área (Azevedo, 2023). Isso revela não só uma subexploração temática, mas também um afastamento dos geógrafos de um campo



naturalmente vinculado à espacialidade do poder.

O autor propõe superar a dicotomia entre os efeitos composicionais e contextuais, que marcam a produção brasileira e anglófona, respectivamente. Enquanto os primeiros relacionam o voto às características da população de um território (como renda e escolaridade), os segundos destacam o papel do próprio espaço como influenciador do comportamento eleitoral. Para Azevedo (2023), “ambos devem ser considerados como campos ricos da geografia eleitoral”, pois a dinâmica política é tanto produto das características sociais quanto do ambiente espacial e institucional.

Azevedo também reforça a necessidade de incorporar abordagens críticas que articulem o voto com disputas territoriais e estratégias de poder. Ele observa que o campo da geopolítica do voto precisa ser fortalecido dentro da Geografia brasileira, com estudos que articulem métodos qualitativos, cartografia temática e análise espacial. Como conclui o autor, “há um fértil campo de atuação para geógrafos que se interessam pela espacialidade do voto” (Azevedo, 2023), indicando um caminho promissor para a consolidação dessa vertente teórico- metodológica.

Borges, De Paula e Silva (2016) desenvolvem um argumento central na geopolítica do voto ao demonstrar que a distribuição territorial dos votos está fortemente associada à clivagem entre governo e oposição. Eles sustentam que “candidatos cujos partidos participam simultaneamente de coalizões governativas nos níveis nacional e estadual apresentam probabilidade muito maior de dispersar os votos no território dos estados e dominar seus municípios-chave” (Borges et al., 2016).

A partir de dados sobre eleições legislativas de 1998 a 2010, os autores mostram que os padrões de concentração ou fragmentação dos votos não são aleatórios, mas sim resultados de estratégias partidárias que respondem às estruturas do federalismo e do presidencialismo de coalizão. Os autores propõem quatro tipos de padrão geográfico: concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, fragmentado-dominante e fragmentado-compartilhado. Apenas o primeiro se aproxima do modelo clássico de “conexão eleitoral” proposto por Mayhew (Borges et al., 2016).

Essa leitura revela que a geopolítica do voto no Brasil é mediada pela capacidade dos candidatos em acessar os recursos do Executivo e articular sua base territorial. Candidatos de oposição têm menor capacidade de dominar redutos, especialmente quando competem em contextos de alta fragmentação. Assim, os autores concluem que “o efeito da incumbência sobre a capacidade dos candidatos de dominar seus municípios-chave é menos relevante do que as vantagens advindas do acesso aos recursos controlados pelo Poder Executivo” (Borges et al., 2016).

Rocha (2021) analisa a geopolítica do voto em contexto subnacional, ao estudar a eleição de deputados estaduais em Minas Gerais, com foco nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O autor parte da hipótese de que as regiões metropolitanas seriam sub-representadas nas Assembleias Legislativas devido à alta competição eleitoral. Ele observa que “com cerca de 30% do eleitorado do estado, a RMBH elegeu [...] apenas 22% dos deputados estaduais em



2006” (Rocha, 2021).

O estudo mostra que as estratégias dos candidatos tendem a evitar as regiões de maior concorrência, priorizando municípios do interior, onde o controle político é mais viável. Essa lógica territorial revela uma relação direta entre padrão geográfico de votação e ação legislativa, sendo que os parlamentares eleitos por redutos menos competitivos apresentaram maior produtividade legislativa voltada às suas bases. Para Rocha (2021), “há certo grau de coerência entre o padrão territorial de votação, as características da trajetória e a ação legislativa dos parlamentares”.

O conceito de “conexão eleitoral” é aqui explorado a partir da ideia de duas arenas: a eleitoral e a legislativa. A geopolítica do voto, nesse contexto, serve como indicador da base de sustentação política e das prioridades representativas dos deputados. Rocha conclui que a baixa representação das regiões metropolitanas pode explicar a fragilidade das políticas públicas voltadas aos grandes centros urbanos (Rocha, 2021), revelando como o território molda os interesses e ações do Legislativo.

Costa (2012) introduz o estudo da geopolítica do voto a partir da crítica à escassez de abordagens geográficas sobre o tema. Ele afirma que, apesar da importância do processo eleitoral para a democracia representativa, “os estudos sobre Geografia Eleitoral ainda estão por fazer” (Costa, 2012). O autor considera o voto como uma prática profundamente territorializada, marcada por lideranças locais e estratégias espacialmente situadas.

Na análise de Costa, o território eleitoral — popularmente chamado de “curral eleitoral” — permanece influente mesmo em tempos de comunicação digital e campanhas de massa. A persistência dessas estruturas reflete uma territorialização do poder, na qual lideranças locais exercem controle direto sobre o comportamento político dos eleitores. Segundo o autor, “os candidatos eleitos têm seus ‘lugares eleitorais’ que reproduzem essas lideranças territoriais por várias eleições” (Costa, 2012).

Por fim, Costa enfatiza que a análise da geopolítica do voto exige o domínio de conceitos como sistema eleitoral, representação e espaço político. Ele defende que a Geografia deve se apropriar do tema de forma mais ativa, contribuindo para a compreensão dos vínculos entre espaço e poder. O voto, neste sentido, não é apenas uma expressão individual, mas uma construção coletiva territorialmente enraizada, influenciada por práticas sociais, redes de dependência e contextos institucionais (Costa, 2012).

4 GEOPOLÍTICA DO VOTO: ARTICULAÇÕES E PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS

A geopolítica do voto constitui um campo interdisciplinar que articula os fundamentos da Geografia Política com a análise do comportamento eleitoral, revelando como o território participa ativamente na conformação das escolhas políticas. Mais do que um simples ato individual, o voto é uma prática territorializada, moldada por estruturas históricas, relações de poder, redes sociais e estratégias partidárias. No Brasil, o debate sobre a espacialização do voto tem crescido, mas ainda



enfrenta lacunas teóricas e metodológicas, sobretudo dentro da

Geografia. Este texto propõe uma síntese analítica sobre os principais conceitos e proposições do campo da geopolítica do voto, a partir da análise de sete estudos acadêmicos recentes.

4.1 A IMPORTÂNCIA DO LUGAR E A TERRITORIALIDADE DO VOTO: DEBATES METODOLÓGICOS E DESAFIOS ANALÍTICOS

Daniel Abreu de Azevedo (2023) aborda o desenvolvimento da geopolítica do voto no contexto da difusão das geotecnologias e dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Apesar desse avanço técnico, a produção nacional ainda é incipiente: apenas 4% das publicações são de geógrafos, e 14% aparecem em revistas especializadas na área (Azevedo, 2023). O autor propõe superar a dicotomia entre os efeitos composicionais (características da população) e contextuais (influências do espaço), sugerindo que ambos são fundamentais para compreender as dinâmicas eleitorais. Azevedo conclui que a geopolítica do voto é um campo promissor que exige maior inserção dos geógrafos nos debates sobre a espacialidade do poder (Azevedo, 2023).

Complementarmente, Borges, De Paula e Silva (2016) examinam o impacto das coalizões governativas sobre a distribuição territorial dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados. Segundo os autores, “candidatos cujos partidos participam simultaneamente de coalizões governativas nos níveis nacional e estadual apresentam probabilidade muito maior de dispersar os votos no território dos estados e dominar seus municípios-chave” (Borges et al., 2016). O estudo revela que a conexão eleitoral, no caso brasileiro, depende mais do acesso a recursos do Executivo do que da vantagem de incumbência, indicando que a geopolítica do voto está diretamente associada à estrutura federativa e ao presidencialismo de coalizão.

Carlos Vasconcelos Rocha (2021) reforça essa abordagem ao analisar a eleição de deputados estaduais em Minas Gerais. O autor mostra que regiões metropolitanas, como a de Belo Horizonte, tendem a ser sub-representadas em razão da alta competição eleitoral. Em contrapartida, candidatos concentram esforços em municípios do interior, onde o controle político é mais eficaz. Rocha afirma que “há certo grau de coerência entre o padrão territorial de votação, as características da trajetória e a ação legislativa dos parlamentares” (Rocha, 2021), revelando que a base eleitoral influencia diretamente o comportamento legislativo.

4.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO

José Eloízio da Costa (2012) analisa a geografia eleitoral como dimensão estratégica da democracia representativa, salientando a territorialização do voto por meio de lideranças locais. Ele afirma que “os candidatos eleitos têm seus ‘lugares eleitorais’ que reproduzem essas lideranças territoriais por várias eleições” (Costa, 2012). Esses “currais eleitorais” representam formas de controle



simbólico e material sobre o território, frequentemente perpetuadas por estruturas clientelistas. Para o autor, entender o sistema eleitoral e sua relação com o território é essencial para revelar as formas como o espaço é apropriado politicamente.

Costa também defende que a Geografia precisa retomar o protagonismo nos estudos eleitorais, historicamente delegados à Ciência Política. Ele sugere que o estudo do voto deve incorporar variáveis espaciais, culturais e institucionais para compreender a complexidade das preferências políticas. A democracia, nesse sentido, não é apenas um sistema formal de regras, mas uma prática territorializada que reflete os conflitos, alianças e desigualdades do espaço vivido (Costa, 2012).

A geopolítica do voto, conforme evidenciado pelos autores analisados, é uma abordagem potente para compreender a distribuição do poder político no território. Ao articular variáveis socioeconômicas, institucionais e espaciais, esse campo oferece ferramentas para interpretar os padrões eleitorais e as estratégias partidárias. Ainda que pouco explorada pela Geografia brasileira, a geopolítica do voto revela-se essencial para entender como se produzem as hegemonias eleitorais, como se organizam as bases de apoio político e como se expressam as disputas sociais no espaço. Nesse sentido, consolidar esse campo exige investimento teórico, metodológico e institucional, especialmente por parte da Geografia, que tem no território sua principal categoria de análise.

5 A GEOPOLÍTICA DO VOTO NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

5.1 A HISTORIOGRAFIA DO VOTO NO BRASIL

A história do voto no Brasil é marcada por avanços institucionais e retrocessos autoritários, refletindo a complexa trajetória da construção da cidadania política no país. Do período colonial à atualidade, o direito ao voto passou por profundas transformações, variando entre a exclusividade censitária, a manipulação clientelista e, mais recentemente, a ampliação do sufrágio universal. Com base em autores como Fláucia Lopes (2008), Luiz Humberto Machado (2020) e Cláudia Viscardi (2015), este texto apresenta, de forma cronológica, os principais marcos históricos do voto no Brasil, ressaltando suas contradições e conquistas.

A importância de compreender essa evolução reside não apenas no plano histórico, mas também no político e educacional. O exercício do voto é hoje considerado um direito e dever fundamental, mas sua história revela o quanto a democracia brasileira foi, por muito tempo, seletiva e restrita. Ao ampliar essa compreensão, contribui-se para o fortalecimento do pensamento crítico e da consciência cidadã no cenário contemporâneo.

5.1.1 O voto no período colonial e imperial

Outro aspecto relevante do período é a ausência de um sistema nacional de registro eleitoral. O alistamento ocorria localmente, muitas vezes no próprio dia da eleição, o que favorecia a manipulação



de listas e a presença de eleitores falsos. A falta de documentação individualizada e a informalidade do sistema davam margem à atuação de grupos interessados em fraudar os resultados, especialmente nas regiões mais periféricas do Império.

Além das restrições censitárias, havia limitações sociais e simbólicas que reforçavam o caráter excludente do sistema eleitoral imperial. Mesmo os cidadãos que atendiam aos critérios econômicos podiam ser excluídos por fatores subjetivos, como 'falta de virtudes'. A presença de uma elite letrada e agrária no comando das eleições reforçava o controle oligárquico e a exclusão das camadas populares.

O voto no Brasil teve início ainda no período colonial, influenciado pela tradição portuguesa de eleger representantes para as Câmaras Municipais. A primeira eleição de que se tem registro ocorreu em 1532, na Vila de São Vicente, São Paulo. (TER-RN, 2009) Essas eleições eram realizadas em um contexto de baixa participação popular e tinham como objetivo administrar localmente os interesses da Coroa, sem qualquer pretensão de representar democraticamente a população. Participavam apenas homens livres, e o voto era público, favorecendo o controle social. Como observa Fláucia Lopes (2008), esse modelo refletia uma estrutura social rigidamente hierarquizada, na qual o voto era um privilégio de poucos.

A manipulação eleitoral era institucionalizada por práticas como a 'degola', isto é, a cassação de mandatos de candidatos opositores mesmo após vitória nas urnas. Essa prática era comum nas comissões de verificação de poderes do Congresso Nacional e revelava o caráter autoritário da política brasileira, mesmo sob um regime republicano formal.

Durante a Primeira República, os chamados 'currais eleitorais' consolidaram-se como instituições informais de controle político. Os coronéis, grandes proprietários rurais, exerciam enorme influência sobre as populações locais, determinando em quem os eleitores deveriam votar. Esse sistema era mantido por meio de favores, ameaças e dependência econômica.

Durante o Império, a Constituição de 1824 institucionalizou o voto censitário e indireto, exigindo renda mínima para o exercício dos direitos políticos. Essa exclusividade aprofundava a desigualdade, limitando a participação política aos setores mais ricos da sociedade. Para votar, era necessário comprovar renda de cem mil réis anuais; para ser eleitor de província, duzentos mil; para ser deputado, quatrocentos mil; e para senador, oitocentos mil réis (Machado, 2020). As fraudes eram comuns, com o uso de eleitores fantasmas, os chamados 'fósforos', e o controle da apuração pelas elites locais. Como afirma Costa Porto, citado por Lopes (2008), 'as eleições se faziam mais nas atas que nas urnas', indicando o caráter profundamente manipulável do sistema eleitoral.

Além da inclusão do voto feminino, a Era Vargas marcou a entrada das massas urbanas na arena política. A centralização do Estado e a urbanização favoreceram uma nova configuração do eleitorado. Mesmo sob o autoritarismo do Estado Novo, essas mudanças estruturais deixaram marcas permanentes na institucionalidade democrática brasileira.



O Código Eleitoral de 1932 foi uma ruptura com o modelo clientelista da República Velha, ao estabelecer o alistamento eleitoral nacional, a padronização das eleições e a criação de um sistema de justiça específico para as disputas eleitorais. Isso garantiu maior previsibilidade e legalidade ao processo político.

5.1.2 A Primeira República e o voto de cabresto

A transição para a Nova República trouxe não apenas o retorno das eleições diretas, mas também o fortalecimento das instituições democráticas. A Constituição de 1988 ampliou os direitos políticos, instituiu o Ministério Público autônomo e garantiu a proteção ao voto como instrumento de soberania popular.

Durante o regime militar, a censura e a repressão limitaram o debate político, e o voto foi mantido apenas como uma forma de legitimar o poder. Eleições indiretas para presidente e governadores, bem como o controle das candidaturas via legislação autoritária, restringiam a competição política real.

A Proclamação da República, em 1889, não representou uma democratização efetiva do voto. Embora o sistema censitário tenha sido abolido formalmente, a exclusão persistiu. Mulheres, analfabetos, menores de 21 anos, mendigos, soldados rasos, indígenas e membros do clero continuavam impedidos de votar. Como observa Luiz Humberto Machado (2020), o processo eleitoral permanecia limitado a uma minoria privilegiada, perpetuando práticas de dominação local. Nesse contexto, consolidou-se o chamado 'voto de cabresto', mecanismo por meio do qual coronéis controlavam o sufrágio em regiões rurais, por meio de relações de dependência econômica e social.

Apesar disso, o sistema enfrenta desafios no campo da desinformação e das campanhas de deslegitimação. Ataques infundados à integridade das urnas eletrônicas têm sido usados como estratégia política para gerar instabilidade. Em resposta, o Tribunal Superior Eleitoral tem reforçado mecanismos de auditoria, transparência e participação social nas etapas de verificação dos votos.

A modernização do sistema eleitoral com a urna eletrônica buscou responder a um histórico de fraudes eleitorais que marcaram todo o século XX. A informatização permitiu maior controle, segurança e agilidade, ganhando credibilidade internacional como exemplo de inovação democrática.

Cláudia Viscardi (2015) destaca que o ideal republicano de liberdade contrastava com práticas políticas baseadas na informalidade e no clientelismo. A ausência de uma Justiça Eleitoral autônoma favorecia a manipulação dos resultados. Era comum a 'degola', ou seja, a não diplomação de candidatos eleitos pelas comissões parlamentares de verificação de poderes. O controle das eleições pelo poder local, aliado à estrutura rural do país, tornava o voto uma moeda de troca, dissociada de qualquer projeto democrático mais amplo. O sistema era formalmente republicano, mas, na prática, excludente e oligárquico.



5.1.3 A Era Vargas e os avanços institucionais

A Revolução de 1930 marca o início de mudanças profundas na legislação eleitoral brasileira. Em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral, foram criadas a Justiça Eleitoral e o Tribunal Superior Eleitoral, trazendo institucionalização e maior controle às eleições. Também foi nessa época que se garantiu, pela primeira vez, o direito de voto às mulheres e se instituiu o voto secreto. Segundo Lopes (2008), essas transformações foram essenciais para combater as fraudes e assegurar maior legitimidade ao processo eleitoral.

Apesar dessas inovações, o governo de Getúlio Vargas também vivenciou momentos autoritários. O Estado Novo (1937–1945) suspendeu as eleições e limitou a participação política, concentrando o poder no Executivo. No entanto, as estruturas da Justiça Eleitoral permaneceram como legado institucional. A formalização do alistamento eleitoral, a organização dos pleitos e a fiscalização das campanhas tornaram-se pilares fundamentais da democracia brasileira. A Era Vargas é, assim, contraditória: ao mesmo tempo em que amplia o acesso ao voto, restringe sua prática em períodos de exceção.

5.1.4 Redemocratização, Ditadura e Nova República

Com o fim do Estado Novo, o país ingressa em um novo ciclo eleitoral a partir de 1945. As eleições voltaram a ser realizadas com base no sufrágio universal masculino, e o voto passou a ser visto como ferramenta de legitimação da democracia. No entanto, esse avanço foi interrompido em 1964 com o golpe militar, que instituiu um regime autoritário. As eleições presidenciais tornaram-se indiretas, e o sistema partidário foi reduzido a dois partidos: ARENA e MDB. Como observa Machado (2020), embora o voto para cargos legislativos tenha sido mantido, o processo eleitoral era rigidamente controlado.

A redemocratização, impulsionada pelo movimento 'Diretas Já', culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Considerada a 'Constituição Cidadã', ela consolidou o voto como direito e dever, assegurando sufrágio universal, direto e secreto. A participação política foi ampliada com o direito de voto aos jovens a partir dos 16 anos. A nova Constituição também fortaleceu o papel da Justiça Eleitoral e da transparência no processo democrático, marcando o início de uma nova era na história política do Brasil.

5.1.5 A informatização e a confiança no processo eleitoral

Na década de 1990, o Brasil iniciou o processo de informatização das eleições, sendo pioneiro no uso da urna eletrônica. As primeiras experiências ocorreram em 1996, e, desde 2000, todas as etapas do pleito passaram a ser informatizadas. Lopes (2008) destaca que esse avanço permitiu maior celeridade na apuração dos votos, reduziu as fraudes e fortaleceu a confiança da população no sistema



eleitoral. O país tornou-se referência internacional na condução moderna e segura de eleições.

Apesar de algumas críticas persistirem quanto à segurança do voto eletrônico, a Justiça Eleitoral tem adotado mecanismos de auditoria e transparência para reforçar a confiabilidade do sistema. As urnas eletrônicas, ao eliminar o voto impresso e permitir o registro digital e secreto do voto, dificultaram a manipulação eleitoral e reduziram o poder dos 'currais eleitorais'. Como aponta Lopes (2008), esse processo contribuiu para o fortalecimento da soberania popular e da legitimidade das instituições democráticas no Brasil.

A trajetória do voto no Brasil é marcada por exclusões, disputas e conquistas. Desde as eleições nas câmaras coloniais até o uso das urnas eletrônicas, o sufrágio evoluiu de um privilégio elitista para um direito universal. As reformas legais, a criação da Justiça Eleitoral e

a modernização tecnológica foram elementos decisivos para essa transformação. No entanto, essa história também nos lembra que a democracia precisa ser constantemente protegida e aperfeiçoada, diante de novos desafios políticos e sociais. Compreender a história do voto é, portanto, fundamental para valorizar a cidadania e fortalecer o exercício consciente da participação política.

5.2 A HISTÓRIA DO VOTO NO ESTADO DE GOIÁS: JUSTIÇA ELEITORAL, CORONELISMO E LEGISLATIVO

A instalação da Justiça Eleitoral em Goiás, em 1932, representou uma inflexão histórica no sistema político estadual, rompendo com o controle oligárquico característico da Primeira República. A nomeação de funcionários, como juízes eleitorais, escrivães e diretores da Secretaria, visava conferir estabilidade e legitimidade ao processo eleitoral. Como afirmam Ricci e Zulini (2024) o funcionamento efetivo da Justiça Eleitoral em Goiás antecedeu sua inauguração oficial em 20 de agosto de 1932.

O TRE-GO foi composto por um quadro robusto de servidores e magistrados, organizando-se em seções e zonas eleitorais. A estrutura envolvia também a atuação de mulheres, como Virgínia de Moraes Vieira Perillo, que exerceu a função de auxiliar interina da Secretaria a partir de setembro de 1932, sendo reconhecida pelos serviços prestados nas eleições e na rotina institucional do Tribunal (Ricci; Zulini, 2024).

O papel da Justiça Eleitoral também foi essencial na legitimação da nova ordem institucional instaurada após a Revolução de 1930. A instalação da segunda Constituinte estadual em 1935 foi conduzida pelo presidente do Tribunal Eleitoral, em contraste com as práticas anteriores em que os próprios legisladores verificavam os mandatos. Essa mudança é destacada por Ricci; Zulini, 2024, ao apontarem que “o reconhecimento dos eleitos passou a ser responsabilidade dos tribunais judiciários eleitorais”. Além de institucionalizar o processo eleitoral, o TRE-GO promoveu campanhas de alistamento e organização das votações com significativo impacto, mesmo diante da resistência de setores tradicionais. As fontes primárias, como o jornal Voz do Povo, documentam o entusiasmo



cívico gerado pela nova institucionalidade. Ainda assim, o Tribunal enfrentou o desafio de atuar em um ambiente politicamente instável, marcado pela presença de coronelismo e interesses locais conflituosos.

O fechamento da Justiça Eleitoral em 1937 com o golpe do Estado Novo interrompeu essa primeira fase de avanços. No entanto, o legado institucional permaneceu na memória política goiana, contribuindo para a reestruturação democrática nas décadas seguintes. A atuação do TRE-GO no curto período de sua existência entre 1932 e 1937 consolidou práticas de controle e fiscalização que, posteriormente, seriam retomadas com o fim do regime autoritário.

A permanência do coronelismo em Goiás revela as raízes fundiárias e patrimonialistas da política local. O texto de Paixão e Costa e Silva (2013) destaca que as bases da dominação política em Goiás foram construídas a partir da distribuição desigual da terra e da concentração fundiária reforçada pela Lei de Terras de 1850. Essa legislação transformou a posse em propriedade apenas por meio da compra, dificultando o acesso à terra para a população mais pobre e consolidando o poder das elites agrárias. Segundo os autores, “a Lei de Terras buscava uma continuidade do sistema de plantation, favorecendo as oligarquias rurais” (Paixão; Costa e Silva, 2013).

O coronelismo em Goiás estabeleceu-se como um sistema de controle político local baseado em laços de clientelismo e patronagem. Esses “coronéis” exerciam influência direta sobre os votos dos habitantes das regiões rurais, garantindo sua própria permanência ou de seus aliados no poder. Paixão e Costa e Silva (2013) afirmam que o “arranjo coronelístico e a política do atraso ainda são marcantes em Goiás”, apontando para a permanência de práticas políticas personalistas mesmo após o fim formal do sistema coronelista. A origem histórica desse modelo de dominação está relacionada à distribuição inicial das sesmarias e à posse irregular das terras durante o Império. Os grandes proprietários, ao se tornarem legalmente donos da terra, passaram a exercer poder quase absoluto sobre seus trabalhadores e comunidades vizinhas. Essa relação de dependência se estendia ao campo político, com o voto funcionando como moeda de troca em um sistema amplamente clientelista e autoritário (Paixão; Costa e Silva, 2013).

Além do domínio sobre o território, os coronéis detinham influência sobre os sistemas de justiça, segurança e educação locais, o que lhes conferia autonomia quase total em relação ao Estado central. Mesmo com as reformas trazidas pela Revolução de 1930 e a criação da Justiça Eleitoral, muitos desses líderes regionais mantiveram sua influência, agora adaptada às novas regras institucionais. O coronelismo, portanto, não desapareceu — ele se transformou, mantendo suas estruturas de dominação simbólica e material (Paixão; Costa e Silva, 2013). Os autores concluem que, para compreender a atual configuração política de Goiás, é necessário reconhecer essas heranças históricas. A permanência do “atraso político” não é fruto apenas de ineficiências institucionais, mas de uma lógica de reprodução do poder profundamente enraizada nas relações agrárias e no uso político



do território (Paixão; Costa e Silva, 2013).

Durante a Primeira República, o Legislativo estadual de Goiás funcionou como instrumento das elites dominantes. Segundo Campos e Duarte (2011), a Assembleia Legislativa se organizava de maneira a garantir a hegemonia dos grupos políticos ligados à capital e aos grandes proprietários rurais, refletindo uma estrutura de poder oligárquico. Essa configuração excludente limitava a representatividade e impedia a emergência de forças opositoras. A reforma constitucional de 1898, que transformou o Legislativo em bicameral, não alterou substancialmente o perfil social e político dos parlamentares. O Senado estadual, criado nesse contexto, reforçava a permanência dos mesmos grupos no poder, já que seus integrantes eram eleitos por sistema majoritário, com mandatos de oito anos. Essa estabilidade favorecia o controle das elites sobre o processo legislativo, inclusive no que diz respeito à legislação eleitoral (Campos; Duarte, 2011).

O golpe de 1930 representou uma ruptura nas práticas legislativas do estado. A Assembleia Legislativa foi colocada em recesso e só reaberta em 1935, para a elaboração da nova Constituição estadual, conforme previsto pela Constituição Federal de 1934. Nesse período, o poder legislativo em Goiás passou a atuar de maneira subordinada ao interventor Pedro Ludovico Teixeira, o qual utilizou a força para aprovar a mudança da capital para Goiânia, desmobilizando a oposição sediada na antiga capital (Campos; Duarte, 2011).

Durante a redemocratização pós-1945, o Legislativo goiano voltou a ser um espaço de debate político, especialmente com a oposição entre PSD e UDN. No entanto, mesmo com a retomada institucional, os reflexos do autoritarismo anterior continuavam presentes na forma como o voto era manipulado em diversas regiões do estado. As práticas clientelistas e o domínio das elites locais ainda definiam os resultados eleitorais em muitas localidades goianas (Campos; Duarte, 2011).

A partir da Constituição de 1988 e da nova Carta Estadual de 1989, o Legislativo goiano passou a atuar de forma mais autônoma, sendo um agente importante na consolidação democrática. A realização de eleições diretas, como a de Iris Rezende em 1982, marcou o início de um novo ciclo político. Ainda assim, como observam os autores, a influência do Governo Federal permaneceu presente, especialmente durante o regime militar, quando os governadores passaram a ser escolhidos indiretamente, com forte intervenção de Brasília (Campos; Duarte, 2011).

6 A GEOGRAFIA DO VOTO NA CIDADE DE GUARAÍTA-GO: A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS A PARTIR DAS ELEIÇÕES

A cidade de Guaraíta, um simples município do estado de Goiás abriga 2,188 pessoas segundo o censo de 2022 e tem sua extensão territorial de 205,533 km². (IBGE, 2022). Uma cidade realmente pequena e com uma população em crescimento lento, muito devido a políticas públicas que fomentem a recepção de indústrias que conseqüentemente gere empregos. Almeida relata em seu trabalho que:



A cidade de Guaraíta foi criada em virtude da grande quantidade de pequenos agricultores que existia na região, sendo que os municípios de Itapuranga e Goiás davam seu apoio suplementar à região de Guaraíta. A produção agrícola era comercializada nas cidades já mencionadas, uma vez que esta produção está bastante escassa, não conseguem atender a demanda em outras regiões, mesmo porque são cidades de mais difícil acesso.

Mesmo hoje a cidade tem um forte vínculo com a agricultura familiar e o espaço rural. Com uma abastada população rural que mantém vínculos muito forte de dependência para ter acesso a serviços públicos que podem ou não ser fornecidos na cidade. Criando assim um espaço para a manipulação através de cobranças pelo fornecimento de serviços, em sua grande maioria públicos. Leal (2012) detalha que “É [...] compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência para praticar um ato que lhe é completamente indiferente.”

Antes de sua emancipação Guaraíta é fortemente dependente de Itapuranga, cidade que atualmente fica a 14km do município. Oliveira e Ferraz (2004) trabalham com o senhor Ovídio de Moraes ao ingressar na vida política buscou melhoras para o município de Itapuranga e cuidou do povoado de Guaraíta que ele mesmo começou e participando da elevação da Guaraíta a distrito. Ovídio conseguiu aprovação para políticas públicas voltadas ao crescimento da cidade como patrolamento e asfaltamento da cidade, bem como energia elétrica.

Com a primeira eleição em 1992 quando Guaraíta se emancipa e o senhor Dinamérico Pikhardt assumindo a prefeitura da cidade de Guaraíta as políticas públicas continuaram as mesmas, focando na construção da cidade, e agora, no bem social com a construção de uma unidade básica de saúde e casas populares. Políticas públicas pensadas no emergencial, algo rápido para materializar a cidade, para que o município desce seus primeiros passos.

6.1 O HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE GUARAÍTA-GO

A formação territorial de Guaraíta é composta por sesmarias. No início por três sesmarias que estava na jurisdição da cidade de Goiás. (Cassimiro; Cunha; Tavares, 1996) Mas posteriormente o território que hoje compreende o município de Guaraíta veio de 5 sesmarias, sendo elas: Ana Felix, José Ferreira, Valência, Engenho da Paciência e Capuerinha. (Oliveira e Ferraz, 2004)

Oliveira e Ferraz (2004) explicam que duas dessas sesmarias passaram por tramitações ao longo dessa delimitação espacial do território, uma vez que foram abandonadas pelos donos tornando-se terra de ninguém e favorecendo o interesse de exploradores. Um desses exploradores foi a família Camilo, Almeida (2012) ao fazer uma apreciação da história da família Camilo em Guaraíta demonstra sua participação na parte econômica por meio do plantio de cana de açúcar, chegando a uma ascensão econômica na região. “No aspecto econômico eram produtores de rapadura, pinga de engenho ‘pinga Camilo’, arroz, feijão, milho, açúcar de barro e também a criação de suínos para comércio e para o



consumo próprio. A Família tinha o hábito de participar dos movimentos políticos, até mesmo entre os primos que moravam em Itapuranga.” (Almeida, 2012)

Guaraíta era muito dependente de Itapuranga e Goiás, tanto econômica como socialmente e por não ter se desenvolvido solidamente em infraestrutura de emprego, saúde e lazer, continua a depender de Itapuranga. “A cidade de Guaraíta foi criada em virtude da grande quantidade de pequenos agricultores que existia na região, sendo que os municípios de Itapuranga e Goiás davam seu apoio suplementar à região de Guaraíta.” (Almeida, 2012)

Mesmo com colheitas abastadas e muito trabalho a ser feito, a cidade apenas recebia agregados e meeiros (Almeida, 2012). Até o momento que o senhor Ovídio de Moraes Preto compra a parte que compreende a cidade de Guaraíta hoje e faz doações e vendas dessas terras, contratando um agrimensor para tal distribuição. “Sendo assim, o Sr. Ovídio não só foi um dos pioneiros da região, mas, o principal agente imobiliário. Além de ciar meios como, a mediação do terreno para dar legitimação a posse da terra.” (Oliveira e Ferraz, 2004). Almeida (2012) também indica essa mesma linha história:

Os primeiros registros de uma aglomeração na região que hoje corresponde a cidade de Guaraíta surgiu na década de 1960, projetada pelo Sr. Ovídio de Moraes Preto. Ele loteou parte de sua propriedade, localizada no então município de Itapuranga, assim foram construídas as primeiras casas. O povoado de Guaraíta foi elevado a distrito de Itapuranga, em 27 de novembro de 1975, pela Lei Municipal nº 8019. E em 29 de abril de 1992, pela Lei Estadual nº 11.700, foi emancipado, tornando assim um município independente e tem como municípios limítrofes Goiás, Itapuranga e Faina.

Para que essa emancipação acontecesse foi necessário como Oliveira e Ferraz ressaltam a criação do comitê pró-emancipação em 21 de março de 1989 tendo como presidente Osvaldo Sebastião da Silva e o secretário que seria um nome importante na política futuramente, Dinamérico Pikhardt.

6.2 OS DADOS DAS ELEIÇÕES DA CIDADE DE GUARAÍTA: DA EMANCIPAÇÃO ÀS ELEIÇÕES DE 2024

Em processo longo e complexo o povo votou pela emancipação em 29 de março de 1992, onde há a primeira eleição e o então secretário do comitê se torna o primeiro prefeito de Guaraíta. De 1992 a 2024 há uma série de disposições espaciais por meio de políticas públicas moldando a territorialidade de uma cidade em construção.

Tabela 1: Dados da distribuição de candidaturas por partido na cidade de Guaraíta-GO

Partidos	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024
PMDB	8	16	9	9	10		
PSD					1		7
PPS		2			3		
PSDB	9	3	10	15	2		
PT	1	7	4	3	1		
PDT			1	1			



PSB			1	2	9		1
PC do B				1			
PT do B				1			
SOLIDARIEDADE						10	
PFL	5	1					
PPB	12						
PP		9	3	1	1	1	9
PSL		1					
PTB		1	3	2	3		
DEM			1			10	
PR			5	2	4		
PTN			3	1	1		
PHS					1		
PRB					1		
PROS					6		
PSC						7	
REPUBLICANOS						11	
PL		8					6
UNIÃO							11

Fonte: TSE, 2025

A tabela apresenta 25 partidos. Sendo 60% de Centro-Direita ou Direita, 32% de Centro-Esquerda ou Esquerda e 8% Centro. Guaraíta foi governada por quase 15 anos por um governo voltado a políticas econômicas liberalistas, sendo que “o liberalismo clássico defende a liberdade individual, a propriedade privada, o livre comércio e a paz – os princípios fundamentais dos quais todo o resto do programa liberal pode ser deduzido” (Marques et. al, 2021).

É importante destacar que a crescente tanto de partidos, como de candidatos e eleitos de partidos de Direita vem atrelado ao fenômeno da ascensão política da Direita durante o governo Temer (2016 a 2018) e Bolsonaro (2019 a 2022). Singer (2021) apresenta os seguintes dados de autolocalização no espectro ideológico de 2016 a 2019: Direita subindo de 20% a 28%, o Centro começando e terminando esse período com 24% e a Esquerda indo de 15% a 17%, onde o governo Temer deixa um cenário propício para o governo seguinte. Nesse gráfico ainda conta com o Centro-Esquerda e Centro-Direita, nessa perspectiva o autor argumenta que “Havendo chegado ao final do primeiro turno com 36% das intenções de voto²⁶, o então candidato do PSL (Partido Social Liberal) precisava atrair a centro-direita para garantir a maioria absoluta no segundo turno.” (Singer 2021).

Singer (2021) apresenta que “Às vésperas do pleito final, com 48% das intenções de voto (pouco mais do que o Eseb indicaria ser a predisposição do campo da direita), Bolsonaro obteve 55% dos sufrágios válidos, sem precisar de uma negociação com o centro²⁷.” Isso pode ser compreendido da seguinte forma “Talvez quando se pensa em voto, remete-se ao pensamento, as práticas eleitorais. Porém estas práticas eleitorais ultrapassam as fronteiras das eleições estando continuamente no cognitivo do eleitorado, através de noticiários, partidos políticos, governo, etc.” (Augusto. Sene 2013).



Os autores vão explicar melhor como é dado esse cenário eleitoral de identificação partidária em que esse aumento de 2019 em diante de partidos, candidatos, eleitos e eleitores a Direita aumento consideravelmente na cidade de Guaraíta, ao dizer que:

É a partir destes pressupostos que se formula no eleitorado a capacidade de decisão do voto, diferenciando-se em dois grandes eixos: o da identificação pessoal e o da identificação partidária. O primeiro é aquele pelo qual o eleitor decide seu voto via atributos pessoais do candidato enquanto pessoa, como por exemplo, as imagens físicas do candidato. No segundo, a decisão do voto é estabelecida em detrimento das características do partido político que o eleitor sente maior afinidade ou preferência.” (Augusto. Sene 2013)

Guaraíta vai se manter em uma constante de 2016 até 2024, com todos os prefeitos eleitos de Direita. Sendo 2024 a eleição que mais confirma o posicionamento político da cidade de Guaraíta. O atual prefeito ganhou com 66,6% dos votos para o PP (Partido Progressista).

Tabela 2: Tabela de relação entre ano e partido na regência da prefeitura de Guaraíta-GO

Tabela de relação entre ano e partido na regência da prefeitura de Guaraíta-GO	
1992	PDC
1996	PMDB
2000	PSDB
2004	PMDB
2008	PMDB
2012	PSD
2016	PTB
2020	PP
2024	PP

Fonte: TSE, 2025

A cidade de Guaraíta tem fortes raízes na política ligada a direita, visto que durante a ditadura militar a cidade se vinculava ao Arena, uma vez que “O Sr. Ovidio de Moraes, foi eleito vereador pelo ‘Arena’ por um mandato de quatro anos [...]” (Oliveira; Ferraz, 2004). O primeiro prefeito era coligado a um partido de direita e os últimos três prefeitos são coligados a direita, como já explicado anteriormente, esse fato está atrelado ao fenômeno Bolsonaro. O que cabe verificar é se esse período que são os anos iniciais de Guaraíta como município até o presente momento sofreu alterações no território que indique uma forte presença de políticas públicas liberais ou com maior vínculo ao benefício social da população.



6.3 A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITORIAIS A PARTIR DOS PROCESSOS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE GUARAÍTA A PARTIR DA GEOGRAFIA DO VOTO

Se busca compreender então como decisões eleitorais impactam no território por meio de políticas públicas. Bueno e Andrade (2019) ao tratar de como a geografia deve abordar políticas públicas e território dizem que “De fato, em razão de as Políticas Públicas interferirem diretamente na produção espacial, torna-se essencial que se investigue a espacialidade das ações públicas e como estas promovem novas dinâmicas e (re)arranjos espaciais nas frações do espaço em que são materializadas.” Na cidade de Guaraíta há uma ramificação muito forte dessa relação da figura do Coronel e o trabalhador grato, disposto a pagar com seu voto. Esse tópico vai ser analisado em 2 etapas: Quais os grupos dominantes na política local; analisar as políticas públicas implementadas de 1992 a 2004 encontrados no texto de Oliveira e Ferraz e 2012 a 2024 encontrados no site da prefeitura de Guaraíta, uma vez que a prefeitura indicou que não tem mais acesso aos documentos antigos e tudo o que estava disponível poderia ser encontrado no site, haver uma lacuna de 2004 a 2011.

Como já indicado no tópico anterior há uma forte identificação partidária com a direita na cidade de Guaraíta. Há também uma constante liderança política familiar que cria uma linha do tempo de poder de duas famílias.

O primeiro prefeito de Guaraíta, Dinamérico Pikhardt é casado com a Eli do Nascimento Pikhardt, neta de Hartur Camilo do Nascimento e Maria Georgina Rodrigues Coelho, estando no grupo de poder familiar político dos Camilo e/ou Coelho. Já Raimundo Martins de Azevedo é o pioneiro da família Martins Azevedo, assim criando um poder dualista na política da Guaraíta.

Almeida (2012) nos mostra a continuação dessa política que “[...] 1992 o Sr. Dinamérico Pikhardt, primeiro prefeito da cidade e genro do Sr. Rosalino Camilo e seu vice José Domingos Camilo do Nascimento filho do Sr. Domingos Camilo.”, seu vice e então familiar ganha em 2000 para prefeito. Pode-se observar esse fenômeno ao ponto que em 1992, Raimundo perde para Dinamérico e em 1996 Raimundo ganha de José Domingos.

Em 2004 e 2008 Célia de Moraes Marques, filha de Ovidio de Moraes Preto, pioneiro e principal agente imobiliário de Guaraíta, que já tinha sido vice de Raimundo Martins de Azevedo. Ela dá prosseguimento, vencendo na disputa da prefeitura de Guaraíta em 2004 contra o Dinamérico e em 2008 contra Domingos Pikhardt. Ao fim dos seus 8 anos de mandato como estabelece a Constituição Federal (1988) no § 5º ao dizer que: “O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.”, Célia indica o filho de seu primeiro companheiro político, Antônio Fernandes de Azevedo, filho de Raimundo Martins de Azevedo, ganhando de Domingos Pikhardt.



Adna em 2016 ganha de Antônio Fernandes, uma vez que a família dela não se liga tão fortemente a política, Adna entra como candidata pelo lado de seu marido, Cleber Martins Coelho, que em 2001 a 2004 e posteriormente de 2004 a 2008 foi vereador pelo PTB. Adna ao final de seus 8 anos de mandato, indica o marido de sua cunhada Heber Lima Fernandes, dando seguimento a essa conjuntura familiar de poder. Ao longo desses anos de uma política entre famílias é produzido uma série de políticas públicas que moldam o território. Sousa (2006) ao fazer uma revisão de leitura sobre o assunto, diz que não há apenas uma definição para o que é política pública e tece uma série de possíveis argumentações do tema, esse artigo vai ficar com duas: “[...] Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.” (Sousa, 2006)

Já estabelecido o que políticas públicas iram representar para este artigo, é importante ver quais foram. As políticas públicas de 1992 a 2000 podem ser analisadas como políticas de formação base da cidade. Na regência 1992 a 1996 é feito a pavimentação asfáltica; construção de meio fio e sarjeta; drenagem pluvial; reforma de escolas municipais da zona rural; galpão provisório para a prefeitura; construção de uma unidade de saúde mista e construção de 30 casas populares em parceria com o governo estadual. Já em 1996 a 2000. levantamento de estradas e encascalhamento; construção de 60 casas populares; construção importante em parceria com o governo estadual da GO 156 e Ginásio de Esportes e Construção da sede da Prefeitura Municipal. Completando com 2000 a 2004 com 15 casas populares em parceria com o governo estadual e a caixa econômica federal e Ônibus escolar e uma ambulância em parceria com a OVG (Organização das Voluntárias de Goiás). (Oliveira; Ferraz, 2004) O artigo tem sua limitação até 2004 o ano que foi feito, de 2004 a 2013 não há registros no site da prefeitura e com indicado pela própria prefeitura, eles perderam o acesso a esses documentos. Os dados que serão trazidos são políticas públicas que moldaram o espaço de 2013 a 2025.

Em 2013 a direção de Guaraíta está com a família Martins Azevedo e os próximos 3 mandatos vão seguir com os Camilo/Coelho. No site da prefeitura encontram-se os seguintes dados: 20 construções de pontes (construção de assoalho e materiais relacionados); 8 pavimentações (recapeamento e calçamento); 4 relacionados a saneamento básico (rede de esgoto, redes fluviais); 5 relacionadas ao novo cartão postal da cidade, o lago municipal; 1 relacionado a construção de mata burros; 1 relacionado a saúde; 1 a educação e 1 a praça pública. 21 obras de políticas públicas para a área rural de Guaraíta e 20 destinadas à área urbana. As obras na área rural relacionadas a infraestrutura e mobilidade, já as obras da área urbana em sua boa parte são relacionadas a infraestrutura, porém também o lazer, saúde e educação.

Esse artigo não tem a capacidade de mapear as políticas públicas que moldaram a cidade de Guaraíta, pois não é disponibilizado a geolocalização das obras no site, sendo necessário uma



ampliação das pesquisas e aprofundamento no tema para a compreensão completa de como a estrutura de poder dessas famílias influenciaram ou não na territorialidade da cidade de Guaraíta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises realizadas ao longo deste trabalho, foi possível compreender a importância da geopolítica do voto na cidade de Guaraíta, Goiás, e sua relação com as políticas públicas implementadas ao longo dos anos. Observou-se que a configuração política local é profundamente influenciada por práticas históricas e pela territorialização do poder, com a forte presença de famílias tradicionais que moldam as decisões políticas e impactam diretamente a distribuição de recursos no município.

A pesquisa traz um forte indicativo que as escolhas eleitorais em Guaraíta estão intimamente ligadas ao poder territorial das famílias exercidos por meio das políticas públicas, o que resulta em políticas públicas com foco em infraestrutura básica, como pavimentação, saúde e habitação. Essa dinâmica reforça a dependência das populações locais das elites políticas e contribui para um processo contínuo de clientelismo, onde a troca de favores influencia a decisão de voto e perpetua estruturas de poder que limitam a participação cidadã mais ampla.

Diante desse cenário, torna-se evidente a importância de um monitoramento contínuo das práticas eleitorais e das políticas públicas para garantir que as demandas da população sejam atendidas de forma mais equitativa. A implementação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, que priorizem o bem-estar coletivo e a descentralização do poder, é central para promover uma verdadeira transformação social e política na cidade.

Sendo imprescindível que haja um esforço constante para fortalecer a participação ativa da comunidade nas decisões políticas locais. A transparência nas ações do governo, combinada com uma maior capacidade de organização comunitária e mobilização, pode ampliar a eficácia das políticas públicas e garantir que as necessidades da população sejam efetivamente atendidas. O engajamento da sociedade é essencial para assegurar que os processos eleitorais se tornem mais representativos e para fortalecer a democracia local.

Por fim, o estudo aponta para a necessidade de mais pesquisas que explorem as dimensões espaciais e sociais da geopolítica do voto em Guaraíta, ampliando a compreensão sobre a influência das práticas políticas locais na configuração do território e nas dinâmicas de poder. Apenas com uma abordagem integrada, que envolva tanto a esfera política quanto a territorial, será possível promover um desenvolvimento mais justo e sustentável para o município.



REFERÊNCIAS

AGNEW, J. Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political Geography*, v. 15, n. 2, p. 129–146, 1996. In DE AZEVEDO, Daniel Abreu. *A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo*, GEOUSP, São Paulo, v. 27, n. 2, e-204649, 2023

ALMEIDA, L. et al. A geografia do voto e o engajamento metropolitano dos deputados estaduais do Rio Grande do Norte. *e-metropolis*. n.º 46. 12. p. 1-14, 2021. In MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; JUNIOR, Rubens Pereira e Silva. *Geografia do voto: influências das singularidades territoriais nas eleições presidenciais do Brasil ao Maranhão*. Vol. 44. Universidade de São Paulo: Revista do Departamento de Geografia. 2024

ALMEIDA, Vanusa Siqueira Soares. *História e Memória da Família Camilo*. 2012. Especialização em História e Licenciatura - História do imaginário e Licenciatura, Faculdade de Itapuranga, Itapuranga, 2012.

AUGUSTO, Daniel Cirilo; SENE, Michael Wellington. GEOGRAFIA ELEITORAL E A DECISÃO DO VOTO: ESTUDO A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. Edição Especial 3, V.7, N.1, REVISTA GEONORTE, 2013. p.81-97,

AZEVEDO, Daniel Abreu de. *A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo*. GEOUSP, São Paulo, v. 27, n. 2, maio/ago. 2023

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.5, n.1, p. 17-23, jan/abr de 2010. In SANTOS, Diego A. dos. “GEOGRAFIA DO VOTO”: BREVES APONTAMENTOS. in: *Estado e Democracia em mudança no século XXI*, I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015.

BOLWERK, Aloísio; MOURA, Gizelson Monteiro; LIMA, Laís de Carvalho. O VOTO OBRIGATÓRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO MÉTODO HISTÓRICO-DIALÉTICO. *Revista CADERNO VIRTUAL*. 1(54). 2022

BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano da Nóbrega. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. v. 24, n. 58, *Rev. Sociol. Polit.* jun. 2016. p. 31-58

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho; ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 404–419, 2019. DOI: 10.14393/RCG207145896.

CAMPOS, F. Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás: História e Legislaturas*. Volume 1. 2. ed. revista e ampliada. Goiânia: [s.n.], 2011.

CASSIMIRO, Ivaldo José; CUNHA Silon Januário; TAVARES, Winder Barbosa. *Guaraíta Fruto de Um Ideal*. Faculdade de Ciências e Letras de Itapuranga – FELICITA, 1996.

CASTRO, Luiz Eduardo de et al. UMA GEOGRAFIA PARA ALÉM DA DESCRIÇÃO DOS FENÔMENOS. v. 46, n. 40, *EDITORIAL DO BIUS*, jun. 2024



CHARNEY, I.; MALKINSON, D. Between electoral and urban geography: Voting patterns and socio-spatial dynamics in Tel Aviv. *Applied Geography*, 58. p.1-6, 2015. In: MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; JUNIOR, Rubens Pereira e Silva. *Geografia do voto: influências das singularidades territoriais nas eleições presidenciais do Brasil ao Maranhão*. Vol. 44. Universidade de São Paulo: Revista do Departamento de Geografia. 2024

COSTA, José Eloízio da. GEOGRAFIA ELEITORAL – ASPECTOS TERRITORIAIS In: COSTA, José Eloízio da. **GEOGRAFIA ELEITORAL – ASPECTOS TERRITORIAIS**. Sergipe, xxxx. p. 74-82.

EBEID, M.; RODDEN, J. Economic Geography and Economic Voting: Evidence from the US States. *B.J.Pol.S.* 36, Copyright Cambridge University Press. p. 527–547, 2006 In: MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; JUNIOR, Rubens Pereira e Silva. *Geografia do voto: influências das singularidades territoriais nas eleições presidenciais do Brasil ao Maranhão*. Vol. 44. Universidade de São Paulo: Revista do Departamento de Geografia. 2024. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Brasília, 2023.

JAEGER, Graciela Elis Reinheimer. História do voto no Brasil. 2004. 158 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Centro de Ciências Jurídicas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

JUNIOR, Rubens de Toledo. O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil. Universidade Federal da Bahia. *GeoTextos*, vol. 3, n. 1 e 2, 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 7. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

LOPES, Fláucia do Prado Fonseca. **A JUSTIÇA ELEITORAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO DO SISTEMA ELEITORAL, DA COLÔNIA AO VOTO ELETRÔNICO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Política) - Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasília, 2008.

Liberdade e liberalismo em John Locke: Algumas definições *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.11, p. 105754-105770 nov. 2021 p. 9

MACHADO, Luiz Humberto Thomazelli. Os aspectos contraditórios da obrigatoriedade do voto no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Curso da Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; JUNIOR, Rubens Pereira e Silva. *Geografia do voto: influências das singularidades territoriais nas eleições presidenciais do Brasil ao Maranhão*. Vol. 44. Universidade de São Paulo: Revista do Departamento de Geografia. 2024.

OLIVEIRA, Clarisse Ferreira de; FERRAZ, João Denes. *Configuração Sócio-Territorial do Município de Guaraíta*. 2004. Monografia (Licenciatura Plena Regular em Geografia). Universidade Estadual de Goiás, Itapuranga, 2004.

PAIXÃO, Frederico Oliveira da; COSTA E SILVA, Margot Riemann. A formação histórica do território goiano e a política coronelística. *Estudos*, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 215-227, jun./ago. 2013.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Primeira fase da Justiça Eleitoral em Goiás (1932-1937)**. 2. ed. Goiânia: Cegraf UFG, 2024.



ROCHA, Carlos Vasconcelos. “Conexão Eleitoral”, geografia do voto e produção legislativa: um estudo de caso. v. 23, n. 51, São Paulo: Open Access Creative Commons Attribution, 2021. pp. 581-603.

SANTOS, Bernardo Bispo. Geografia eleitoral: as articulações e relações das tramas territoriais, redes e fluxos no território fluminense. Espaço e Economia Revista brasileira de geografia econômica Ano VIII e número 16. Artigo da edição especial – III Colóquio Espaço e Economia. Rio de Janeiro: OpenEdition Journals, 2019.

SANTOS, Diego A. dos. “GEOGRAFIA DO VOTO”: BREVES APONTAMENTOS. in: Estado e Democracia em mudança no século XXI, I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Set. 2015.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil., **Opinião Pública**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 706-729 set.-dez.

SOARES, Renato Morgado. Um voto na Geografia eleitoral: análise do território para as eleições presidenciais brasileiras entre 1998 e 2002 / Renato Soares ; orientador André Martin. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2019.

SOUSA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TOLEDO JUNIOR, Rubens de (2007): O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil. GeoTextos, vol. 3, n. 1 e 2. Rubens de Toledo Junior 171-183

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. *Candidaturas*. Brasília, 2025. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/home?session=6207866999178>

TSR-NR – Tribunal Superior Regional do Rio Grande do Norte. *A história do voto no Brasil*. Natal, 2009. Disponível em: <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/tre-rn-a-historia-da-justica-eleitoral-no-brasil>

VICTORINO, A. P.; DA SILVA SOUZA, C. A. Poder e território: uma avaliação dos padrões de competição política no Estado do Pará. CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, [S. l.], n. 32, p. 280–295, 2021. DOI: 10.34019/1981- 2140.2020.27624.

VISCARDI, Cláudia Maria R. Voto, representação política e soberania popular na república brasileira. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 14–39, 2015. DOI: 10.15448/1980-864X.2015.1.20448.

WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. São Paulo: Centauro, 2002.

ZOLNERKEVIC, ALEKSEI , A GEOGRAFIA E OS ESTUDOS ELEITORAIS: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL. Serviço de Biblioteca e Documentação. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2018.

ZOLNERKEVIC, Aleksei; RAFFO, Jorge da Graça. GEOGRAFIA ELEITORAL: REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DA VOLATILIDADE DO VOTO. N°33. São Paulo: GEOUSP – espaço e tempo, 2013. pp. 221- 228.

